

SUMÁRIO

1

A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	23
1.1 A contribuição previdenciária e a Seguridade Social	23
1.2 Contribuições previdenciárias no sistema tributário nacional	25
1.3 Disposições constitucionais da contribuição previdenciária	28
1.4 Regime jurídico das contribuições previdenciárias	31
1.4.1 Princípio da anterioridade das CSS	31
1.4.2 Fato gerador da CP	33

2

SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	37
2.1 Introdução	37
2.2 Segurados Obrigatórios	38
2.2.1 Empregados	38
2.2.2 Empregados domésticos	48
2.2.3 Contribuinte Individual	50
2.2.4 Trabalhador avulso	60
2.2.5 Segurado Especial	62
2.2.6 Segurado Facultativo	74
2.3 Outras Disposições	76
2.4 Filiação e Inscrição do segurado junto à Previdência Social	77
2.5 Tomadores de serviço	83
2.5.1 Empresa e equiparadas	83
2.5.2 Empregador doméstico	84
2.5.3 Matrícula da empresa e equiparadas	84

3

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	87
3.1 Introdução	87
3.2 Conceito de salário de contribuição.....	89
3.3 Limites para o salário de contribuição	91
3.4 Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contribuição .	94
3.4.1 Férias.....	95
3.4.1.1 Férias e 1/3 Adicional.....	95
3.4.1.2 Férias Indenizadas e 1/3 Adicional	99
3.4.1.3 Dobra das Férias.....	100
3.4.1.4 Abono Pecuniário das Férias	100
3.4.1.5 Abono Equivalente a 20 Dias do Salário.....	101
3.4.1.6 Resumo Esquemático das Parcelas de Férias	102
3.4.2 Décimo-Terceiro Salário	102
3.4.3 Benefícios da Previdência Social	105
3.4.4 Diárias de Viagem.....	111
3.4.5 Comissões e Percentagens	114
3.4.6 Ganhos Eventuais, Abonos, Gratificações e Prêmios.....	114
3.4.7 Adicionais.....	116
3.4.8 Transporte do Trabalhador	117
3.4.9 Alimentação do Trabalhador	123
3.4.10 Saúde do Trabalhador	127
3.4.11 Creche.....	132
3.4.12 Babá.....	134
3.4.13 Seguro de Vida em Grupo.....	137
3.4.14 Previdência Complementar	140
3.4.15 Participação nos Lucros ou Resultados PLR	146
3.4.16 Distribuição dos Lucros X Pró-Labore	151
3.4.17 Juros Sobre o Capital Próprio.....	157
3.4.18 Aviso Prévio	158
3.4.19 Programa de Demissão Voluntária.....	163
3.4.20 Indenizações Rescisórias.....	164
3.4.21 Vestuário e Equipamentos	167
3.4.22 Veículos	168
3.4.23 Ajuda de Custo	171
3.4.24 Estagiários.....	171
3.4.25 Educação do Trabalhador	174
3.4.26 Complemento de Auxílio-Doença.....	178

3.4.27	Direitos Autorais	179
3.4.28	Luvax e Bichos	180
3.4.29	Adicional de Quebra de Caixa	181
3.4.30	Ministros de Confissão Religiosa	182
3.4.31	Trabalhadores Expatriados	184
3.4.32	Subsídios dos Parlamentares	186
3.4.33	Doação de Bens e Produtos e Operações com Empregados..	189
3.4.34	Clubes Recreativos	190
3.4.35	Auxílio-Natalidade.....	192
3.4.36	Auxílio-Funeral	193
3.4.37	Benefícios Flexíveis	194
3.4.38	Academia de Ginástica.....	194
3.4.39	Guelta.....	195
3.4.40	Trabalhadores Estrangeiros não Residentes.....	198
3.4.41	Honorários de Sucumbência e Periciais.....	199
3.4.42	Direito de Arena X Direito de Imagem.....	201
3.4.43	Ajuda de Custo do Aeronauta	204
3.4.44	Trabalho do menor de 14 anos	204
3.4.45	<i>Stock Options</i>	208
3.4.46	Bolsa do Médico-Residente	210
3.4.47	Remuneração do Síndico de Condomínio.....	211
3.4.48	Bolsa de Pesquisa	212
3.4.49	Ajuda de Custo de Curso de Formação.....	212
3.4.50	Verba de Representação	213
3.4.51	Parcelas Instituídas por Norma Coletiva.....	215
3.4.52	Remuneração dos Corretores.....	215
3.4.53	Indenização pela Supressão do Intervalo Intrajornada	216

4

CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS	219
4.1 Contribuição dos Segurados.....	219
4.1.1 Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico..	220
4.1.2 Contribuinte Individual	228
4.1.2.1 Prestação de serviço a pessoas jurídicas	228
4.1.2.2 Prestação de serviço a pessoas físicas	232
4.1.2.3 Contribuinte individual condutor autônomo	235
4.1.2.4 Quadro resumo da contribuição do contribuinte individual.....	237
4.1.3 Segurado facultativo	238
4.1.4 Segurado Especial	239

4.1.5	Limite mínimo de contribuição dos segurados do Regime Geral da Previdência Social -EC 103/2019	244
4.2	Tabela resumo das contribuições dos segurados	246

5

CONTRIBUIÇÕES DOS TOMADORES DE SERVIÇOS		247
5.1	Introdução	247
5.2	Contribuição dos empregadores domésticos.....	248
5.3	Contribuição da empresa e equiparados	253
5.3.1	Sobre a remuneração de empregados e avulsos	253
5.3.1.1	Contribuição básica para o custeio do RGPS	253
5.3.1.2	Contribuição para o custeio do SAT / GILRAT – parcela básica	254
5.3.1.3	Contribuição adicional ao SAT/GILRAT para o custeio das aposentadorias especiais	255
5.3.1.4	Contribuição para outras entidades e fundos (“terceiros”)	256
5.3.1.5	Contribuição sobre o 13º salário dos empregados.....	259
5.3.1.6	Isenção de Contribuição Previdenciária no Contrato Verde e Amarelo	260
5.3.1.7	Tabela resumo da contribuição da empresa sobre os serviços de empregados e avulsos	262
5.3.2	Contribuição da empresa e equiparados sobre as remunerações dos contribuintes individuais	262
5.3.2.1	Tabela resumo da contribuição da empresa sobre os serviços de contribuintes individuais....	265
5.3.3	Contribuição da Cooperativa de Produção	265
5.3.3.1	Tabela resumo da Contribuição da Cooperativa de Produção	267
5.3.4	Contribuição da empresa sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e contribuição da cooperativa de trabalho	268
5.4	Contribuição substitutiva da parte patronal	271
5.4.1	Introdução	271
5.4.2	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional.....	272

5.4.2.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional	276
5.4.3	Produtor rural pessoa física	277
5.4.3.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva do produtor rural pessoa física optante pela contribuição sobre a produção rural	280
5.4.4	Produtor rural pessoa jurídica	281
5.4.4.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva do produtor rural pessoa jurídica	283
5.4.5	Agroindústria	283
5.4.5.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva da parte patronal da agroindústria	286

6

GESTÃO DO NTEP E FAP – EFEITOS NA CONTRIBUIÇÃO DO SAT/RAT

6.1	Contribuição do RAT/SAT	287
6.1.1	Considerações iniciais	287
6.1.2	Alíquota e Base de Cálculo do SAT/RAT – Básico.....	289
6.1.3	Atividade Preponderante.....	291
6.1.4	Atividade Preponderante X Atividade Principal	293
6.2	Fator de Prevenção Acidentário – FAP	294
6.2.1	Noções Gerais.....	294
6.2.2	Cálculo do FAP.....	298
6.2.3	Contestação do FAP	302
6.3	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.....	304
6.3.1	Considerações Iniciais	304
6.3.2	Acidente de Trabalho.....	305
6.3.3	O NTEP e sua influência no FAP	307
6.3.4	Contestação do NTEP	310
6.4	Da Gestão do NTEP e FAP	312
6.4.1	Medidas Corretivas e Preventivas.....	312
6.4.2	Gestão dos Benefícios.....	313
6.4.3	Gestão dos Afastamentos.....	314
6.4.4	Conferir o FAP da empresa	315

7

A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	317
7.1 Introdução	317
7.2 Fundamento Constitucional da Desoneração	318
7.3 Modalidades de Desoneração.....	320
7.4 Base de Cálculo da CPRB	324
7.5 A Desoneração na Construção Civil	325
7.6 Setores Contemplados na Desoneração	327
7.7 A Desoneração do 13º Salário	329
7.8 Retenção de Contribuição Previdenciária das Empresas Desonera- radas	330
7.9 A Desoneração e as Empresas do Simples	331
7.10 Procedimento da Desoneração	332

8

RETENÇÃO DE 11% SOBRE A NOTA FISCAL DOS PRESTADO- RES DE SERVIÇOS	335
8.1 Noções básicas – retenção x solidariedade	335
8.2 Retenção de pessoas jurídicas x retenção dos contribuintes indivi- duais	337
8.3 Retenção de pessoas jurídicas x contribuição sobre notas fiscais de cooperativas de trabalho	338
8.4 Serviços sujeitos à retenção.....	339
8.5 Retenção para empresas optantes pelo Simples Nacional	346
8.6 Situações de dispensa da retenção	349
8.7 Reduções da base de cálculo da retenção.....	350
8.8 Adicional de alíquota para serviços em condições especiais	353
8.9 Retenção de Contribuição Previdenciária das Empresas Desone- radas	354
8.10 Solidariedade residual	356
8.11 Compensação e Restituição de Valores descontados na Cessão de Mão de Obra e na Empreitada	357

9

REEMBOLSO, COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO	359
9.1 Reembolso	359
9.1.1 Da solicitação do Reembolso.....	360
9.1.2 Procedimentos para devolução do reembolso	360
9.1.3 Do prazo para requerer o reembolso.....	362
9.1.4 Da decisão sobre o requerimento de reembolso	362
9.2 Restituição	362
9.2.1 Da solicitação da restituição.....	363
9.2.2 Procedimentos para restituição de valores	364
9.2.3 Do prazo para requerer a restituição	365
9.2.4 Da decisão sobre o pedido de restituição	366
9.2.5 Restituição de Valores Referentes à Retenção de Contribuições Previdenciárias – CP na Cessão de Mão de Obra e na Empreitada.....	367
9.2.6 Pedido de restituição das empresas do Simples Nacional ..	368
9.3 Compensação	368
9.3.1 Compensação de créditos para as empresas que utilizam o eSocial	370
9.3.2 Compensação de Contribuições Previdenciárias através da GFIP.....	374
9.3.3 Impossibilidade de compensação de contribuições destinadas a terceiros com contribuições previdenciárias	375
9.3.4 Compensação entre estabelecimentos.....	377
9.4 Atualização dos valores a compensar ou a restituir.....	377
9.5 Da decisão sobre o pedido compensação.....	379
9.6 Compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado	379
9.7 Do prazo para requerer a compensação.....	381
9.8 Resumo	381

10

PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	383
10.1 Introdução	383
10.2 Efeitos Jurídicos do Parcelamento.....	384
10.3 Modalidades de parcelamento	387

10.4	Parcelamento Ordinário e o Simplificado	387
10.4.1	Diferenças entre o parcelamento Ordinário e o Simplificado	389
10.4.2	Da solicitação do parcelamento	389
10.4.3	Dos valores parcelados	390
10.4.4	Do reparcelamento	391
10.4.5	Da rescisão do parcelamento	391
10.4.6	Procedimentos para aderir ao parcelamento simplificado previdenciário.....	392
10.4.7	Procedimentos para aderir ao parcelamento ordinário previdenciário	395
10.4.8	Como emitir Guia de Parcelamento previdenciário pela Internet.....	396
10.5	Parcelamento de débitos do Simples Nacional	397
10.5.1	Das prestações e do pagamento	397
10.5.2	Procedimentos para realizar o Parcelamento de débitos do Simples Nacional	398
10.6	Parcelamentos de Débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	399

11

PROVA DE REGULARIDADE FISCAL	401
11.1 Introdução	401
11.2 Certidões de Regularidade Fiscal	402
11.2.1 Certidão Negativa de Débitos – CND.....	402
11.2.2 Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPEN.....	405
11.2.3 Certidão Positiva (CP)	405
11.3 Histórico de Consulta de Certidão de Regularidade Fiscal.....	406
11.4 Prazo para emissão das certidões	406
11.5 Como Pedir a Certidão de Regularidade Fiscal.....	407
11.6 Situações de exigibilidade da CND	409
11.6.1 Situações básicas de exigência para empresas.....	409
11.6.2 Exigência para obras de construção civil	411
11.6.3 Exigência para o produtor rural pessoa física e segurado especial	412
11.6.4 Exigência para empresas na contratação de créditos com instituições financeiras.....	413
11.6.5 Exigência para órgãos públicos	413

11.7 Dispensa da CND.....	414
11.8 Responsabilidade solidária.....	415
11.9 Tabela resumo das principais situações de exigência da CND	416

12

OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	417
12.1 Introdução	417
12.2 Obrigações Fiscais	419
12.2.1 Obrigação principal	420
12.2.1.1 Juros de mora e atualização monetária	420
12.2.1.2 Multa moratória	422
12.2.1.3 Multa de ofício	424
12.2.1.4 Exemplos práticos de pagamento de contribuições em atraso	426
12.2.2 Obrigações acessórias	427
12.2.2.1 Implantação do eSocial.....	428
12.3 Auto de infração por descumprimento de obrigação acessória.....	430
12.3.1 Circunstâncias atenuantes e agravantes	430
12.3.2 Redução da multa do auto de infração	434
12.3.3 Multa por atraso na entrega da GFIP/DCTFWEB	435
12.3.4 Apresentação de dados em meio digital.....	436
12.3.5 Folha de pagamento.....	438
12.3.6 Contabilização em títulos próprios	439
12.3.7 Distribuição de lucros	440
12.3.8 Entrega da comunicação de acidente do trabalho – CAT ..	441
12.3.9 Comunicação de Dados pelos Cartórios	443
12.3.10 Outras obrigações acessórias e suas penalidades	445
12.3.11 Penalidade de restrições	447
12.3.12 Multas em Espécie.....	447

13

PROCEDIMENTO FISCAL PREVIDENCIÁRIO	461
13.1 Atividade de Fiscalização	461
13.1.1 Órgão Arrecadador	461
13.1.2 Da Constituição do Crédito Tributário	461

13.2	Do procedimento de fiscalização	464
13.2.1	Do Lançamento de Ofício.....	464
13.2.2	Das Multas de Ofício	466
13.3	Da Ação Fiscal.....	471
13.3.1	Termo de Distribuição dos Procedimentos Fiscais – TDPF	471
13.3.1.1	Elementos do TDPF	473
13.3.1.2	Prazos de Validade.....	473
13.3.1.3	Extinção do TDPF	473
13.4	Desenvolvimento do procedimento fiscal	474
13.4.1	Início do Procedimento Fiscal.....	474
13.4.2	Efeitos do TIPF	474
13.4.3	Formas de Ciência dos Atos.....	477
13.4.4	Contagem dos Prazos	478
13.4.5	Não Atendimento à Intimação	480
13.5	Encerramento de procedimento fiscal.....	481
13.5.1	Resultado da Ação Fiscal.....	481
13.5.2	Documentos Frutos da Ação Fiscal.....	483

14

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL PREVIDENCIÁRIO	485
14.1 Considerações Iniciais	485
14.1.1 Processos Fiscais Tributário	485
14.1.2 Aspectos dos Processos Administrativo e Judicial	487
14.2 Normas Disciplinadoras do PAF.....	489
14.3 As Fases do Processo Administrativo Fiscal.....	490
14.3.1 Impugnação	491
14.3.2 Ciência, Prazo e Contagem	491
14.3.3 Efeitos da Impugnação.....	492
14.3.4 Encaminhamento da Impugnação	493
14.3.5 Elementos da Impugnação	494
14.4 Julgamento da impugnação	495
14.5 Recursos.....	495
14.6 Extinção do contencioso	497
14.6.1 Decisão definitiva	497
14.6.2 Pagamento, compensação ou parcelamento	498
14.7 Dos Atos Processuais	499
14.7.1 Da intimação.....	499
14.7.2 Revelia.....	502

15

PROCESSO DE CONSULTA	505
15.1 Introdução	505
15.2 Legitimados para formular a consulta	505
15.3 Requisitos do Processo de consulta	507
15.4 Da solução de consulta e seus efeitos.....	508
15.5 Consulta Ineficaz.....	510
15.6 Efeito Vinculante da Consulta	511
15.7 Documentação para formalizar o pedido de consulta.....	512

16

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	515
16.1 Da decadência e prescrição	515
16.2 Da Decadência.....	515
16.3 Da Prescrição.....	517
16.4 Posição da Receita Federal	518

17

GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	521
17.1 Garantias do Crédito Tributário	521
17.1.1 Arrolamento de Bens e Direitos	522
17.1.2 Medida Cautelar Fiscal	526
17.1.3 Averbação pré-executória do crédito tributário – Indisponibilidade Administrativa de Bens.....	528
17.1.4 Protesto Extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa.....	530
17.1.5 Crimes Tributários.....	531
17.1.5.1 Procedimento nos crimes contra a seguridade social	534
17.1.5.2 Apropriação indébita previdenciária - Art. 168-A do Código Penal.....	534
17.1.5.3 Sonegação fiscal previdenciária - Art. 337-A do Código Penal	540
17.1.5.4 Falsificação de documento público - Art. 297 do Código Penal	542

17.1.5.5	Inserção de dados falsos em sistema de informação - Art. 313-A do Código Penal	544
17.1.5.6	Modificação não autorizada de sistema de informação - Art. 313-B do Código Penal	545
17.1.5.7	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas - Art. 153 do Código Penal	545
17.1.5.8	Estelionato - Art. 171 do Código Penal	545
17.2	Preferência do Crédito Tributário	546

18

OPERAÇÕES FISCAIS	549
18.1 Introdução	549
18.2 Fiscalização de Alta Performance – FAPE	550
18.2.1 FAPE – Exposição de trabalhadores ao benzeno em postos revendedores de combustíveis	551
18.2.2 FAPE – Autônomos	553
18.2.3 FAPE – GILRAT	554
18.2.4 FAPE – “Falso SIMPLES”	555
18.2.5 FAPE – Exposição de trabalhadores ao agente físico Ruído	556

19

AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	559
19.1 Introdução	559
19.2 Fato Gerador da Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho	563
19.3 Procedimento de Execução das Contribuições Previdenciárias na Justiça do Trabalho	569
19.4 Polêmicas Acerca da Execução das Contribuições Previdenciárias	571
19.4.1 Introdução	571
19.4.2 Contribuições Decorrentes de Sentenças de Reconhecimento de Relação de Trabalho	572
19.4.3 Incidência de Juros	574
19.4.4 Decadência das Contribuições Previdenciárias – Ocorrência no Processo do Trabalho	577

19.4.5	Incompetência para Execução das Contribuições de Terceiros.....	584
19.4.6	Execução das Contribuições dos Segurados.....	587
19.4.7	Execução das Contribuições Decorrentes dos Acordos Homologados na Justiça do Trabalho	591
19.5	Alíquota, Base de Cálculo Previdenciária e Outras Situações Diferenciadas na Execução	597
19.5.1	Contribuições Substitutivas da Parte Patronal.....	597
19.5.2	Empresas Optantes pelo Simples	599
19.5.3	Entidades Imunes ou Isentas	600
19.5.4	Fator Acidentário de Prevenção.....	601
19.5.5	Desonerações Setoriais da Folha de Pagamento Promovidas pela Lei 12.546/2011.....	604
19.5.6	Alíquota Diferenciada – Aposentadoria Especial	606
19.5.7	Situações Especiais de Execução em Caso de Litisconsorte Passivo	608
19.5.8	Restituição de Contribuições Executadas Indevidamente e Repetição de Indébito	609
19.6	Reconhecimento do Tempo de Contribuição Decorrente de Processos Trabalhistas.....	612
19.6.1	Panorama.....	612
19.6.2	Normas Administrativas	618
19.6.3	A GFIP	620
19.6.4	A Entrega da GFIP nas Reclamações Trabalhistas como Elemento Facilitador da Contagem de Tempo de Contribuição.....	623